

Globalização, Desenvolvimento e Espaço

rural: algumas reflexões sobre o estado do Rio de Janeiro

João Rua*

RESUMO

Este artigo focaliza as repercussões dos recentes processos de reestruturação global nas transformações que vêm ocorrendo no espaço rural do estado do Rio de Janeiro. Elas estão representadas por diversas inovações na organização da produção agrícola que afeta tanto as grandes agroindústrias como os pequenos produtores (camponeses ou não). O padrão tecnológico da "revolução verde" associado ao Fordismo, que pouco afetou as áreas rurais do estado do Rio de Janeiro, está mudando para uma

nova configuração organizacional que produz efeitos no desenvolvimento do setor agrícola, caracterizando um novo cenário numa lógica relacionada ao Pós-Fordismo, mas ainda na perspectiva da modernização conservadora que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Globalização e Agricultura; Fordismo; Desenvolvimento Rural; Pós-Fordismo; Rio de Janeiro.

Como tem sido concebido o desenvolvimento econômico e de que maneira tais concepções têm afetado o chamado desenvolvimento rural? Como a agricultura deixou de ser uma atividade local e se tornou um elemento importante na internacionalização das relações? Como a globalização da economia e as novas regulamentações do comércio mundial têm afetado a agricultura? Estas questões tentam, de alguma maneira servir de balizamento geral para o trabalho que ora se expõe e, servem de norte para a pesquisa que se realiza em duas regiões do interior fluminense – a Zona Serrana e o Norte-Fluminense, onde intrincados processos de transformação do espaço rural estão em curso e onde se desenham novas articulações entre os níveis local/regional e o global.

O objetivo deste trabalho é analisar como se manifesta, concretamente, esse processo de

desenvolvimento rural, integrado à lógica global na qual as mudanças paradigmáticas, relativas à reestruturação produtiva resultante da substituição da organização Fordista da produção, por outra à qual alguns denominam de Pós-Fordismo, passam a ser dominantes não apenas na indústria mas, também, na agricultura. Os agentes de transformação do processo produtivo na agricultura ganham outras dimensões fruto de estratégias distintas dos grandes grupos e de pequenos produtores (camponeses ou não) com relação às ligações com o mercado consumidor. Essas modificações integram-se a um modelo de desenvolvimento desigual em que uns espaços ganham mais importância do que outros – espaços opacos e/ou iluminados, como nos indicam Santos e Silveira (2001). Tal desenvolvimento, no caso brasileiro, assume feições de crescimento,

fundamentalmente econômico, baseado numa modernização conservadora em que os padrões técnicos evoluem assincronicamente com os padrões sociais, como se percebe no Estado do Rio de Janeiro, objeto de nosso estudo.

Nesse estado, e particularmente em algumas de suas áreas, que enfatizaremos, nota-se como é contraditório o movimento do capitalismo em sua expansão e/ou intensificação. Globalização, desenvolvimento e as territorialidades emergentes no rural, participam de processos complexos, interagentes e qualificantes dos espaços citados, dando-lhes especificidades que justificam seu estudo e que, nesta apresentação, não podemos demonstrar com profundidade.

GLOBALIZAÇÃO E AGRICULTURA

A abertura dos campos para a economia de mercado é bastante antiga desde que os camponeses começaram a produzir gêneros alimentícios para vender às cidades. Assim, a procura de cereais, o crescimento da população rural e urbana, dentre outras causas, têm levado à partilha das terras comunais, à dissolução da família camponesa e à transformação da terra em mercadoria.

Como atividade mundializada, a agricultura vem se desenvolvendo desde o mercantilismo, ao longo dos litorais das áreas tropicais, mas, também, de seu interior, com o advento das ferrovias e da navegação a vapor. Esta mundialização capitalista transformou a policultura de subsistência, ocupou as melhores terras e drenou os melhores braços para a indústria que deixou de ser uma atividade rural. Rompeu-se o quadro agrário baseado na rotação de terras e criou-se toda uma série de dependências, que nos últimos dois séculos, passaram a ser balizadas pelos preços decididos em Londres e Nova Iorque. Este movimento acelerou-se na segunda metade do século XX.

Inicialmente na Europa, hoje espalhado pelo mundo, consolidou-se o produtor familiar

camponês, livre para produzir para o mercado e que, segundo algumas análises, deveria desaparecer em função da superioridade da grande produção capitalista. Entretanto, o capitalismo se apresenta como um modo de produção extremamente contraditório e, assim, cria condições de reprodução dessa produção familiar camponesa. A aliança entre a burguesia urbana e rural e o campesinato tem permitido, em muitos casos, esta sobrevivência e desenvolveram-se mecanismos de dominação sobre o camponês, explorando-o, ao extrair-lhe a renda da terra, muitas vezes sem expropriá-lo, mas reduzindo-lhe, cada vez mais, a autonomia de que desfrutava quando menos ou pouco afetado pelos circuitos comerciais.

Quando se integraram os países novos (regiões temperadas da América, da Rússia e da Oceania, notadamente) à produção e exportação mundiais, no século XIX, deu-se um novo salto nessa mundialização da produção agrícola (ao se desenvolverem novos fluxos de mercadorias agrícolas que se somaram aos já existentes). Esta mundialização da produção agrícola continuou pelo século XX e tornou-se mais importante, tanto pela intensificação do consumo como pelo uso dos alimentos como arma política, durante a Guerra Fria, uma das formas encontradas pelos Estados Unidos para escoar seus excedentes obtidos graças ao fato de desenvolverem e adotarem massiva tecnologia agrícola – a chamada revolução verde, antes dos demais países. Esta situação acentuou-se com a entrada da Europa dos anos sessenta do século passado na exportação de produtos de origem agrícola, com forte valor agregado. Os elevados subsídios estatais europeus, norteamericanos e japoneses permitiam, simultaneamente, barateamento dos produtos nos mercados interno e externo; competição vantajosa com outros países; sobrevivência e ampliação da pequena e média produção (muitas vezes permanecendo camponesa); a subsunção da competição econômica entre países de um mesmo bloco à

lógica geopolítica dominante naquele período de confronto bipolar que caracterizou a Guerra Fria; campanhas de apoio alimentar a aliados que serviam, antes de mais nada, para escoamento da produção etc.. Assim a agricultura e as atividades a ela correlatas, constituindo o setor agro-industrial têm participado historicamente da mundialização da economia e continuam a participar da etapa a que, mais comumente se dá o nome de globalização.

Há um entendimento geral de que somente após os anos mil novecentos e setenta pode-se utilizar o termo globalização que expressaria um momento do capitalismo (principalmente financeiro) em que se enfraquece a estreita união entre o Estado e o capital monopolista, ampliada após os anos trinta e prevelecendo até os anos sessenta do século passado.

Haesbaert (1998, p.16) demonstra-nos que

A globalização só começa efetivamente a tomar vulto a partir dos anos 60. A década de 70 é decisiva, pois com a hegemonia do capital financeiro ou de financiamento, altamente especulativo (muitas vezes um "capital fictício", como já denominava Marx), cada vez mais autônomo em relação ao setor produtivo da economia e em relação às lógicas de reprodução das formações nacionais, consolida-se um "capitalismo mundial" onde as empresas multi (ou trans) nacionais, integrando capital de financiamento e capital industrial, acabam adquirindo tamanho poder que são capazes de influenciar decisivamente a ação do Estado. Haesbaert (1998, p.16)

As atividades ligadas, principalmente à grande agricultura, acompanham esse movimento e os acordos do GATT, da Rodada Uruguai (1966-74) e da OMC (1994-2002) bem o demonstram. A agricultura (e seus derivados) tendo um papel cada vez menor no

comércio mundial, como as mercadorias em geral, é superada pelos serviços (telecomunicações, transportes, assessorias etc) que passam a ser dominantes, mas ela ainda mantém grande parte das transações mundiais e alimenta acaloradas discussões entre os principais blocos econômicos e países. Tais discussões não eram explicitadas na época da Guerra Fria quando as alianças políticas eram enfatizadas em detrimento das diferenças e dos interesses econômicos.

A Organização Mundial do Comércio, o FMI e o Banco Mundial (dentre outros organismos) passam a deter poderes como nunca antes e contribuem para um acentuado fluxo assimétrico de capitais direcionados para os países centrais e aceleram as desigualdades econômicas entre as partes do mundo traduzidas em diferentes formas de dominação dos países centrais frente aos periféricos. A desregulamentação visando ampliar a concorrência nas diferentes escalas (inter-locais, inter-regionais e internacionais) criam condições de competição que levaram a uma verdadeira guerra entre os lugares desfavorecendo as áreas menos competitivas, de acordo com a nova lógica, que não se baseia mais nas vantagens comparativas tradicionais.

A mundialização das trocas se amplia, tanto na agricultura como nos outros setores. As políticas de liberação e de ajustamento estrutural, postas em prática por numerosos países tendem a favorecer as exportações mais competitivas e a diminuir a importância dos protecionismos nacionais ou de blocos. É neste cenário que se movem os exportadores brasileiros ao buscar novas vias de escoamento para os produtos tradicionais de nossa balança comercial e para produtos novos que a vêm diversificando. As atividades alocadas no meio rural, portanto, de há muito, estão integradas aos processos gerais de desenvolvimento e, com eles, participam das mudanças que lhes dão as características específicas de cada época.

O mercantilismo marcou uma primeira fase da mundialização da cultura, da dominação

política e dos fluxos econômicos. Mundialização essa que constituiu um movimento de expansão do capitalismo, em que se delineava a necessidade de ampliação geográfica (mundialização) da produção e do consumo ao incluir novas pessoas (produtores e consumidores) e, assim, novos espaços (de produção e de consumo), como de resto, ocorre ainda hoje.

Esse movimento “espiralar” torna-se, efetivamente, mundial somente em finais do século XIX e princípios do século XX, quando os fluxos de transferência internacional de mais-valia alimentaram a construção (onerosa) do Welfare State de diversos países centrais e sustentaram o que muitos autores (Fontes, 1997, p. 38) denominam inclusão forçada (de pessoas/ espaços). Tal inclusão é fruto tanto de necessidades do próprio capitalismo quanto de movimentos sociais (nos países centrais) em prol de maior justiça nas relações capital-trabalho tornando-os fator fundamental para o desenvolvimento de tais países.

É nesse contexto, ao longo do século XX, principalmente nos trinta anos após a Segunda Guerra Mundial, que se generaliza, nos países centrais, o Fordismo¹. Utilizaremos o recorte analítico da Escola Francesa de Regulação (em suas variadas interpretações) ao considerar o Fordismo, simultaneamente, como um modo de desenvolvimento e organização da sociedade e como um processo de trabalho e métodos de gestão, como bem nos mostra Ferreira (1997, p. 167).

Essa conceituação de Fordismo como um modo de desenvolvimento (articulação entre um regime de acumulação intensivo e um modo de regulação que marca uma fase do desenvolvimento do capitalismo nos países centrais) permite compreender as relações entre a esfera política e a da produção, aí compreendida a agricultura e as atividades agrárias.

Elucidativa abordagem é apresentada por Mollard (1995, p. 333) ao relacionar a agricultura francesa ao Fordismo e nos mostrar a articulação da esfera política com a da produção agrícola.

Mesmo que se aceite (com muitas restrições) a transposição do modelo Fordista para o Brasil, ainda que como Fordismo periférico, de acordo com Lipietz (1988), temos ciência de como tal transposição é problemática.

Ainda assim, a relação modelo Fordista periférico e agricultura, torna-se um importante instrumento de análise para uma melhor compreensão das transformações pelas quais a produção agropecuária nacional vem passando.

Tomamos como pressuposto inicial que o Fordismo periférico (incompleto) baseado na forte atuação do Estado como financiador da produção, em intensa ligação com capitais privados nacionais e multinacionais está relacionado aos Complexos Agro-Industriais, às mudanças do padrão tecnológico definidas pela revolução verde e à intensificação da produção para exportação.

O trabalho de Silveira e Vilela (1998, p. 11) nos lembra que as mudanças de base técnica na agricultura brasileira ocorreram vinculadas aos interesses de grupos industriais oligopolizados e às oligarquias rurais mas “que a agropecuária no Brasil caminha para um novo cenário com novas formas de organização social e política e com a redefinição das relações entre os vários atores, a sociedade e o Estado”

Este “novo cenário” balizado pela acumulação flexível de capital (que alguns chamam de lógica Pós-Fordista e outros de crise do Fordismo) vai ter destacado papel na reestruturação da agricultura e do espaço rural em estados como o do Rio de Janeiro tão fracamente alcançados pelo modelo aludido anteriormente e pelo padrão técnico baseado na chamada “revolução verde”.

Em nossa argumentação recorreremos, mais uma vez a Silveira e Vilela (1998, p. 12) que corroboram nossa perspectiva de mudança para um novo modelo, em situações como a do estado do Rio de Janeiro, ao escreverem que

Tudo isto pode estar configurando diferentes faces da passagem para o novo

regime de acumulação flexível. A diferença é que agora a produção tende a ser mais diversificada, uma produção um pouco mais artesanal e em pequena escala tendo em vista que o mercado neste momento passa a ser determinado pela demanda, ou seja, ao invés de produtividade, a discussão agora é “qualidade”. Silveira e Vilela (1998, p. 12)

Mais à frente lembram que a crise da produção em massa do tipo Fordista,

pode criar oportunidades singulares para o ressurgimento de sistemas de especialização flexível, baseada na produção artesanal de pequenos lotes, executada em unidades empresariais de pequeno e médio portes, e coordenada por processos de troca através do mercado. Silveira e Vilela (1998, p. 12)

A partir destas afirmações é que pretendemos compreender algumas das transformações pelas quais passa o rural fluminense, principalmente no que diz respeito à organização da produção.

GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ESPAÇO RURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A necessidade de clarificar aspectos da dialética sociedade-espaco e como ela se manifesta nas áreas consideradas rurais, agora compreendidos como parte da totalidade do espaco capitalista dominado pelo processo de urbanização, mesmo que especificidades do rural sejam mantidas, é que nos faz entender como construções sociais, os novos papéis da agricultura e seus derivados, além das diversas transformações criadas no rural, muitas vezes integradas a inovações oriundas da cidade.

Tais construções sociais referem-se às singularidades locais, ao fazerem “leituras”

particulares do processo de urbanização integrado ao desenvolvimento capitalista em suas manifestações atuais.

É nessa perspectiva que pretendemos analisar o espaco rural fluminense, marcado por diferentes fases de integração à lógica global capitalista onde se superpõem formas gerais de desenvolvimento e formas particulares marcadas pela formação histórica fluminense e indicar algumas transformações na organização da produção do espaco rural.

Para Coelho (1986, p. 40-41) haveria um primeiro momento que durou até 1930, em que o Brasil se organizou para abastecer o mercado mundial de matérias-primas e alimentos e, nele, para o Rio de Janeiro, merecem destaque a lavoura canavieira e, principalmente, a cafeicultura por marcarem a materialização no espaco das relações de dominação típicas do colonialismo e do imperialismo vigentes em cada época.

Um segundo momento viria após 1930 com a transferência do eixo de acumulação do setor agrário para o urbano-industrial, comandado por São Paulo. A partir dos anos 50, o modelo desenvolvimentista, apoiado no intervencionismo estatal e na internacionalização da economia, provocou modificações profundas nas formas de acumulação do capital e, conseqüentemente, na organização espacial dela resultante. As bases para o Fordismo periférico foram lançadas e atingiram, sobretudo, a indústria paulista. A modernização agrícola, concebida como industrialização da agricultura, ao incentivar a revolução verde, incorporou a moderna agropecuária à lógica Fordista. A imagem emblemática desta incorporação têm sido os Complexos Agroindustriais, em suas variadas formas de atuação como monopólios no campo. Esse processo é bem analisado por Elias (2002, p. 26) quando demonstra que a mudança da base técnica da agricultura teria ocorrido após a década de 1950, com a utilização de uma gama de insumos artificiais, quase todos importados, e com a difusão de inovações químicas e

mecânicas estabelecendo as bases para a industrialização da agricultura, da década seguinte, quando se estabeleceram os complexos agroindustriais e a agropecuária ganha uma nova organização econômica e social, acompanhando a unificação geral da economia pelo capital industrial e financeiro. A década de 80 será marcada por uma avassaladora oligopolização da agropecuária brasileira. Muitas dessas alterações foram analisadas por Goodman et al (1990) ao demonstrarem como o apropriação e o substitucionismo marcavam a indústria alimentar².

Embora localizado na área mais dinâmica do país, o estado do Rio de Janeiro, como vimos, pouco foi alcançado pelo pacote da revolução verde responsável pela revolução mecânica e pela revolução química, que se traduziu, em nosso estado, por uma mudança apenas parcial do padrão técnico. Falar em modelo Fordista na agricultura fluminense é, fundamentalmente, referir-se do Complexo Agroindustrial Sucro-Alcooleiro do Norte-Fluminense. Mesmo que o de leite e derivados venha se tornando muito relevante é àquele complexo que mais nos referiremos por conta de sua importância histórica, atuando por mais tempo, como estruturador do espaço, embora sem as características que foi adquirindo na segunda metade do século XX. Marafon e Barbosa (2002, p. 83), ao analisarem a crise do CAI sucro-alcooleiro no Norte-Fluminense e a conseqüente diminuição do número de usinas naquela região, demonstram como esse fato teve e continua a ter repercussões sócio-espaciais – crescente concentração de usinas, dispensa de trabalhadores, modernização tecnológica. Alguns autores já se ocuparam dessa discussão como Bernardes (1995) e demonstraram como o padrão técnico desse setor tem sido pouco dinâmico, quando comparado a São Paulo, por exemplo. Entretanto, lembramos, que em São Paulo existem vários padrões tecnológicos, alguns semelhantes ou até inferiores a algumas usinas do Rio de Janeiro. Tal fato escapou à referida autora, mas deve ser enfatizado para demonstrar que a

heterogeneidade do desenvolvimento desigual que marca o capitalismo, se manifesta em todas as unidades espaciais criando clivagens difíceis de captar em escalas de análise que não a local.

A intensificação do ritmo de urbanização associado à valorização fundiária, além do peso da metropolização exercido por sua capital e pela região metropolitana vêm sendo apontados como maiores responsáveis pela desarticulação e diminuição da importância do setor agropecuário em nosso estado.

Embora concordando com relação à força e às características da urbanização do Rio de Janeiro acreditamos que tal processo pode ter uma leitura diversa. A mesma ação desarticuladora com relação à agropecuária pode ser, na última década, entendida como incentivadora dessa mesma produção, desta feita em uma lógica Pós-Fordista e com qualidades muito particulares, alterando as relações rural-urbano e permitindo que se estabeleçam novas linhas de integração produtor-consumidor com base na qualidade e na organização da demanda.

No Estado do Rio de Janeiro, até finais dos anos 1980, a modernização do setor agropecuário era muito parcial e localizada, restringindo-se a poucos estabelecimentos voltados para cultivos mais valorizados, como nos mostrou Galvão (1987, p. 123), para quem no espaço agrário fluminense materializam-se os constrangimentos que caracterizam a economia do estado. Esse quadro, já na época, segundo a autora, passava por mudanças de organização e de estrutura. Nem todos os autores compartilham desta visão considerada “derrotista” por Binsztok (1997), em estudo sobre o espaço agrário fluminense. Embora não seja nosso objetivo retomar essa discussão, já bem desenvolvida pelo referido autor, ela estará subjacente a diversas considerações que serão efetuadas. Sem nos colocarmos como “otimistas” devemos considerar que há uma outra lógica organizacional, Pós-Fordista, em marcha, que parece estar integrada às diversas manifestações de reestruturação produtiva que afeta diversos setores da economia brasileira.

Os anos 1990 demonstraram grandes transformações, principalmente a partir do final da década, quando novas tentativas ligadas, basicamente, à fruticultura irrigada integrada a unidades processadoras, parece dar um novo alento a algumas áreas onde o Projeto Frutificar³ se instalou. As dificuldades ligadas à natureza (solos gastos, relevo íngreme, déficit hídrico etc) e, principalmente à especulação imobiliária, relacionada aos processos gerais de urbanização, permanecem como grandes obstáculos para diversos setores da agro-pecuária fluminense, mas observa-se que novos produtos, alguns já antes da “nova” fruticultura, e uma outra organização da produção, sinalizam com ares de mudança e superação daqueles limites.

Desde a década de 1970, como já mostrado em Rua (2002, p. 63) o incentivo às lavouras de exportação, a organização dos Complexos Agroindustriais (CAIs)⁴, a definição de um setor produtor de bens de capital e de insumos voltados para a agricultura além do desenvolvimento de tecnologias para o setor agroindustrial, marcaram, setorialmente a agropecuária fluminense, mesmo que afetando intensamente o Brasil como um todo e o Centro-Sul em particular.

Tais complexos devem ser compreendidos dentro de um quadro mais amplo em que, a partir do final da década de sessenta, instalou-se, no país um setor industrial produtor de equipamentos e insumos voltados para a agricultura. Se bem que muito discutida (e nada consensual), a origem dos CAIs está vinculada a essa articulação.

Neste trabalho usaremos a concepção de “micro” Complexo Agroindustrial, conforme em Marafon (1998, p. 15) por nos parecer mais adequada à realidade em estudo – típicos complexos rurais que foram sofrendo transformações e se apresentam, há algumas décadas, como um Complexo Agroindustrial incompleto, por o setor a montante da produção não se encontrar na própria região, o que dificulta uma integração direta. Como cada gênero agrícola possui especificidades fazendo

com que se comporte de maneira particular no processo de integração com a indústria e com a economia como um todo, o Estado tem estabelecido até recentemente políticas específicas para cada tipo de cadeia agroindustrial - para o açúcar desde os anos 30 até o início dos anos noventa. As alterações devidas às deregulações ou à diminuição do papel do Estado como órgão regulador têm introduzido mudanças substantivas nesse processo de organização do espaço rural.

A análise da modernização da agricultura via CAI nos revela que o capitalismo unificou contraditoriamente aquilo que ele separou no início do seu desenvolvimento, isto é, a indústria e a agricultura. O capitalista tornou-se proprietário de terras passando a exercer uma monopolização do território e uma territorialização do capital, tal como nos demonstra Oliveira (1991). Os dois processos, dialeticamente opostos, mas complementares, servem muito bem para ilustrar a situação do espaço rural do Norte-Fluminense e, nessa região, do município de Quissamã em particular, servindo como exemplo. Neste local a usina possui as terras (metade do total do município), e atua, simultaneamente, como capitalista da agricultura e da indústria, utilizando, exclusivamente, mão-de-obra assalariada. O capital monopolista aparece aí, claramente, territorializado na agricultura, como demonstra o autor supracitado (1991, p. 24). Entretanto, o outro processo, de monopolização do território, também está presente nos dois espaços aludidos, podendo, o capital, obter o monopólio do território sem se territorializar, pois sujeita a renda da terra de pequenos, médios e grandes proprietários à sua lógica, assim produzindo capital por via não especificamente capitalista.

A fundamental atuação do Estado como base do processo de modernização da agropecuária, em grandes extensões de nosso país, acabou por traduzir-se, no Rio de Janeiro, numa política creditícia que não evitou um crescimento

extensivo da agropecuária, principalmente da lavoura canavieira estimulada pelo Proálcool, mas incorporando alguns componentes técnicos que permitiram um desenvolvimento agrícola parcial.

Assim, em nosso estado, o modelo CAI, organizou-se na agroindústria sucro-alcooleira do Norte-Fluminense, onde tem exercido um papel relevante como elemento de estruturação espacial. Tal importância e as crises pelas quais vem passando, são analisados por Marafon e Castro Barbosa (2002, p. 80) para quem a diminuição do número de usinas no Estado do Rio de Janeiro, foi gradual, porém marcante. pois, esse número, reduziu-se à metade em 30 anos, devido à competição entre as unidades produtivas na busca de matéria-prima, sobrevivendo as maiores. Para os autores, essa teria sido a principal transformação na espacialização do setor sucro-alcooleiro. Hoje restam apenas 9 usinas e somente uma fora da região Norte-Fluminense.

O quadro de retração do número de usinas e da perda de posição relativa de nosso estado, frente aos demais, demonstra como têm sido distintas as condições de investimento, produção e resposta às políticas oficiais por parte das regiões produtoras brasileiras, sem qualquer tipo de homogeneização, já que, mesmo no Norte Fluminense há usinas de “padrão paulista”, enquanto em São Paulo, com enorme heterogeneidade, deve haver usinas de “padrão fluminense”.

A crescente falta de matéria-prima para as usinas, aliada à sensível redução da área plantada com cana-de-açúcar contrapõe-se ao grande aumento da capacidade do parque industrial que vem da década de 1970, integrado à expansão do Proálcool. Esta problemática conduz as usinas a lutarem umas com as outras, em função da garantia da manutenção do seu funcionamento pelo maior tempo possível. Isto coloca as estratégias empresariais como agentes importantes da reorganização do espaço, integrada a uma lógica de gestão territorial⁵.

Em Rua (2002, p. 64) lembramos como Miranda Costa e Mazalli (1998) apontam para

a perda da dinamicidade do modelo de modernização agrícola e demonstram que uma outra lógica se superpõe àquela que privilegiava a grande agricultura e a agricultura integrada aos CAIs. Este modelo estaria em desestruturação e se organizando em forma de rede, ao mesmo tempo em que assimila novas estratégias empresariais, antes exclusivas do setor industrial. Segundo esses autores, o novo modelo se encaminha para uma lógica onde a acumulação flexível Pós-Fordista passa a dominar.

Mazzali (2000, p. 150) escreve que

A insuficiência do “complexo”, enquanto aparato teórico-metodológico adequado para descrever e explicar a nova dinâmica das articulações entre as empresas, conduz à necessidade de recorrer a novas ferramentas conceituais. Nesse sentido, o conceito de organização “em rede” (aparece) como um referencial possível para a explicação das relações entre as empresas nas novas configurações. Mazzali (2000, p. 150)

Outro autor que critica a base analítica do conceito Complexo Agroindustrial é Wilkinson (2002, p. 149) quando diz que a distinção jusante/montante na qual a análise do CAI vinha se baseando, ficou comprometida pelo dinamismo do avanço da fronteira C&T, que redefine, permanentemente, a abrangência das atividades e a sua localização antes ou após a produção.

A crise do setor Fordista na agricultura e na indústria e a busca de sua superação, desenharam novas formas de organização da produção e da relação com o consumo. Isto pode ser percebido no setor sucro-alcooleiro onde grupos econômicos passam a possuir diversas usinas e onde se estruturam novas relações entre esses grupos e entre estes e as prefeituras locais, lembrando, simultaneamente, uma ruptura com o tradicional modelo e uma atualização do mesmo. Estabelece-se uma verdadeira luta dos usineiros para continuarem a receber benesses

do Estado, em suas diversas escalas de poder, e, ao mesmo tempo, eles tentam se adaptar às novas estratégias do capital para multiplicar seus lucros. A competição é a regra e a saída parece ser a formação de grandes grupos industriais. A externalização/terceirização de atividades; o estreitamento de relações em bases mais seguras com os produtores/fornecedores, mas também com os distribuidores e clientes; a consolidação de alianças estratégicas entre empresas concorrentes (naturalmente as sobreviventes à fase de competição); a diversificação da demanda e novos conteúdos dessa demanda; a diferenciação e segmentação do produto de acordo com as faixas de mercado; a publicidade, a logística e a criação e/ou confirmação de marcas, parecem ser algumas das novas características da organização em marcha, que afetam, além do setor sucroalcooleiro, também (e algumas, sobretudo), a produção de leite e derivados. A onda de fusões e aquisições redefiniram as fronteiras entre as empresas. A monopolização do território e/ou a territorialização do capital continuam como estratégias de obtenção da renda da terra. As condições sociais da maioria dos produtores, bem como as dos trabalhadores rurais pouco têm se alterado e a luta pela terra e/ou por maiores fatias de renda territorial permanecem como demandas necessárias de serem atendidas. Entretanto é inegável que tem havido algum tipo de mudança no perfil sócio-econômico de muitos camponeses e de outros produtores, afirmando transformações de origem complexa (não apenas resultantes da organização da produção), que marcam frações significativas de nosso estado e de boa parte de seus produtores rurais.

Onde esse processo de transformação da lógica produtiva se percebe mais nitidamente é entre as pequenas lavouras nas quais, já há algumas décadas o setor de hortícolas e olerícolas apresenta-se bastante dinâmico, expandindo-se continuamente. A este setor somam-se, recentemente, outros em franco crescimento: fruticultura irrigada integrada ou não ao Projeto

Frutificar, criação de pequenos animais, floricultura, piscicultura, agricultura orgânica e hidropônica, de produtos raros (cogumelos, ervas finas etc) voltados para “nichos” de mercado bem definidos e trabalhando em rede e sob encomenda. O questionamento da relação com o grande varejo e a integração a lojas de conveniência e delicatessen (formando pequenas redes), a ênfase nos “nutricêuticos” e no consumo de frutas e vegetais orgânicos, lembram-nos que, embora de dimensões ainda reduzidas, esse movimento coloca possibilidades novas para a agricultura fluminense que, tendo se distanciado do modelo Fordista pode integrar-se mais facilmente ao modelo Pós-Fordista. Afinal de contas pouco há a reverter já que poucos investimentos foram feitos (com exceção do setor sucroalcooleiro) e o uso extensivo da terra tem sido característica de importantes áreas de nosso estado.

Diversos estudos têm demonstrado essa dinâmica ligada às inovações técnicas e especialização em produtos de alta qualidade em nosso estado, como o efetuado por Oliveira (1998) sobre a truticultura e a caprinocultura leiteira em Nova Friburgo no qual a autora chama atenção para o fato de que as demandas concentradas na cidade do Rio de Janeiro podem representar um estímulo à diversificação agropastoril e à busca de inovações nesse setor, capazes de romper com o quadro de estagnação até recentemente predominante (p. 29). Em trabalho de campo recente, no município de Quissamã, observou-se que aí se alcançou a produção de 6 milhões de côcos em 2002 (contra 1,5 milhão em 1998), parte já resultado da integração ao Projeto Frutificar, com a obtenção de um produto (água de côco) de preço mais elevado, mas de maior durabilidade e melhor qualidade.

Importante, para se referir, é o trabalho de Campos (2001) sobre a comercialização de frutas, verduras e legumes orgânicos no estado do Rio de Janeiro no qual coloca esse estado como um dos que mais têm se destacado nesse ramo da agricultura e destaca as vantagens de que o nosso estado desfruta para desenvolvê-lo.

Nesses estudos percebe-se como se assimilam, em alguns setores da agricultura fluminense, estratégias tipicamente Pós-Fordistas, antes exclusivas da indústria, traduzidas numa racionalização/reestruturação da produção e numa relação mais direta com o mercado consumidor. São as redes de lojas especializadas em produtos raros e/ou de alto valor agregado e os restaurantes mais sofisticados que definem a estratégia a ser adotada pelo produtor.

No Estado do Rio de Janeiro encontra-se em marcha um processo de desenvolvimento rural/local que se integra às lógicas de reestruturação produtiva (sem que, aqui, haja muito o que reestruturar) marcadas por dinâmicas que rompem com o tradicional padrão de modernização agrícola baseado nos insumos químicos e no uso da mecanização, difundido pela revolução verde. O movimento é múltiplo e diverso de um setor para outro. Enquanto nas grandes empresas ocorrem fusões e novas bases nas relações intersetoriais, numa nova lógica organizacional “em rede”, nas pequenas ocorre um movimento de constituição de redes de natureza diversa daquela, que permitem, mais facilmente, a articulação demanda-produção. Estas transformações marcam o atual momento do desenvolvimento capitalista no espaço rural fluminense. Tal desenvolvimento, se bem que ainda baseado numa modernização conservadora, se não inova muito em termos sociais (já que as principais demandas continuam por ser atendidas), apresenta-se como relevante em novos termos (bio)tecnológicos e ambientais, as novas forças motrizes da inovação, bem distintas daquelas que marcaram os anos 60-80 do século passado.

NOTAS

* Professor-assistente do Departamento de Geografia da UERJ e do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-RIO. Trabalho desenvolvido no NEGEF (Núcleo de Estudos da Geografia Fluminense), do Departamento de Geografia da UERJ. Desse núcleo fazem parte diversos bolsistas e os professores Gláucio José Marafon e João Rua. Artigo

encaminhado para publicação em junho de 2003.

Aceito para publicação em julho de 2003

- 1 É com enorme cuidado que utilizamos esta terminologia. Sabemos muito bem que o uso deste conceito, consagrado pela Escola Francesa da Regulação, implica em se deslocar para um debate acirrado entre os que vêem o Fordismo como modelo tecnológico e os que o vêem como um modelo societário. Aqui, serve apenas como um referencial para uma lógica produtiva onde a grande produção era enfatizada e a ação do Estado era fundamental no suporte e na organização dessa produção, mesmo que organizada em Complexos Agro-Industriais, já que nos referimos a áreas rurais.
- 2 Os autores referidos chamam apropriação à transformação de diferentes aspectos da produção agrícola em setores específicos da atividade industrial, como a revolução verde e seus pacotes tecnológicos mecânicos e químicos; o substitucionismo seria o processo pelo qual a atividade industrial representa uma proporção crescente do valor agregado, e o produto agrícola torna-se, cada vez mais substituído por produtos não-agrícolas, graças à ação das biotecnologias.
- 3 Projeto de intensificação da fruticultura, voltado, sobretudo, para o Norte e Noroeste fluminense em que uma série de parcerias permite a muitos produtores (mas não a todos – há determinadas condições que excluem diversos) obterem créditos baratos e garantia de comercialização da produção. Trata-se de importante iniciativa que vem alterando, significativamente, os padrões de produção nas áreas referidas.
- 4 Não é nosso propósito travar, neste trabalho, a discussão sobre os Complexos Agroindustriais. A ela já se dedicaram diversos autores, como por exemplo, Gláucio José Marafon em sua tese de doutoramento intitulada: *A Dimensão Espacial do Complexo Agroindustrial Soja, no Rio grande do Sul*, concluída em 1998, no Instituto de Geociências da UFRJ, onde o autor desenvolveu as noções de Macro Complexo Agroindustrial e de Micro Complexo Agroindustrial, que utilizaremos aqui.
- 5 Outro exemplo de atuação de grandes grupos agro-industriais como gestores e reorganizadores do espaço no Estado do Rio de Janeiro pode ser a Fleischmann & Royal. Desta empresa, Silva (1997, p. 53), analisa algumas práticas corporativas em sua atuação na gestão territorial, ao abranger, a partir de Itaperuna, áreas dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Em março de 2002 foi adquirida pela multinacional Parmalat que, entretanto, manterá a marca “leite Glória”, produto mais renomado do grupo anterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDES, Júlia Adão. Mudança Técnica e Espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p. p. 239-269.
- BINSZTOK, Jacob. O Espaço Agrário Fluminense: ideologia, desenvolvimento, contradição e desigualdades. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997.
- CAMPOS, Fábio Ferreira de. A Comercialização de Frutas, Legumes e Verduras (FLV) Orgânicos e a Inserção do Agricultor no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Geografia. 107f. Departamento de Geografia. UFRJ. 2001.
- COELHO, Maria Célia. Notas Introdutórias à Discussão das Relações Cidade/Campo no Estado do Rio de Janeiro. In: BERNARDES, J. A. (Coord.). Rio de Janeiro Painel de um Espaço em Crise. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. 85p.
- ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura no Brasil. Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: UERJ, n. 12, p. 23-32, segundo semestre de 2002.
- FERREIRA, Cândido. O “Fordismo”, sua Crise e Algumas Considerações sobre o Caso Brasileiro. Nova Economia. Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 165-201. Número Especial. 1997.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Da Lavoura às Biotecnologias. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990. 192p.
- FONTES, Virgínia. Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada. Revista Tempo. Departamento de História, UFF. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 34-58. jun. 1997.
- GALVÃO, Maria do Carmo. O Espaço Agrário Fluminense – estrutura e transformações. Revista Geográfica. Instituto Panamericano de Geografia e História. México, n. 105, p. 119-131, jul/dez. 1987.
- HAESBAERT, Rogério. (Org.) Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo. Niterói: EDUFF, 1998. 280p.
- LIPIETZ, Alain. Miragens e Milagres. São Paulo: Nobel, 1988. 231p.
- MARAFON, Glaucio; CASTRO BARBOSA Pedro Paulo Biazio de. O Papel do Complexo Agroindustrial Sucro-alcooleiro nas Transformações Sócio-espaciais do Norte Fluminense (1970-2000). In: MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Marta Foepfel (Orgs.) Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda. 2002. 208p. p. 71-86.
- MARAFON, Gláucio José. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: UERJ, n. 3, p. 7-22, junho. 1998.
- MAZZALI, Leonel. O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 175p.
- MIRANDA COSTA, Vera Mariza H. de; MAZZALI, Leonel. A Perda da Dinamicidade do Modelo de Desenvolvimento Via CAI e a Necessidade de um novo Aparato Conceitual. Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro, v. 25, n. 49-50, p. 139-151. 1998.
- MOLLARD, Amédée. L'agriculture, entre régulation globale et sectorielle. In: BOYER, R. e SAILLARD, Y. Théorie de la régulation, l'état des savoirs. Paris: La Découverte, 1995. 565p. p. 332 – 340.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. 164p.
- OLIVEIRA, Renata R. Inovações Produtivas e Novos Atores no Espaço Rural do Rio de Janeiro – A Truticultura e a Caprinocultura Leiteira no Município de Nova Friburgo. Dissertação de Mestrado. 95 f. Departamento de Geografia. UFRJ. 1998.
- RUA, João. Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Marta Foepfel (Orgs.). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002. 208p. p. 43-70.
- SANTOS M. e SILVEIRA, M.L. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record. 2001. 474p.
- SILVA, Augusto César Pinheiro da. Gestão e território. O caso da empresa Fleischmann & Royal no noroeste fluminense. Território. Rio de Janeiro, Ano II, n. 3, p. 53-76, jul-dez. 1997.
- SILVEIRA, M.A. e VILELA, S.L. Globalização e Sustentabilidade da Agricultura. Jaguariaúna: EMBRAPA-CNPMA, 1998. 156 p.
- WILKINSON, John. Os gigantes da Indústria Alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 18, p. 147-176, abril. 2002.

ABSTRACT _____

This article focuses the rebounds of the current processes of global restructuring on the transformations that are occurring in the rural space of Rio de Janeiro State. They are represented by several innovation in the agricultural production organization that affect both the leading agroindustries as the small producers (peasants or not). The pattern of the green revolution, associated with Fordism that has little affect the Rio de Janeiro rural areas, is changing to a new organizational configuration producing effects

on the development of the agricultural sector characterizing a new scenario in a logic related to Post-Fordism but still on a perspective of conservative modernization that characterizes Brazilian capitalistic development.

KEYWORDS _____

Globalization and agriculture; Fordism; rural development; Post-Fordism; Rio de Janeiro.